

Ricos temem perdão da dívida

REALI JUNIOR
Correspondente

PARIS — O processo de anulação de dívidas públicas, iniciado pelo Clube de Paris e que apagou metade das dívidas da Polônia e do Egito, está dividindo dirigentes de alguns dos principais países industrializados. As autoridades monetárias japonesas foram as primeiras a reagir afirmando que não autorizariam nenhum crédito, público ou privado, aos países que tiveram suas dívidas anuladas. Os nipônicos lembraram a falta de credibilidade desses países que não honraram compromissos assumidos.

Agora, é o ex-diretor geral do FMI e atual presidente do Banco da França, Jacques de Larosière, quem adverte os principais atores da cena financeira internacional sobre o perigo de usar esse recurso com muita frequência. Ele admite tal procedimento para países muito

pobres, os chamados países inválveis do Quarto Mundo, mas para os demais seria mais conveniente “fazer uma pausa” e voltar ao sistema clássico, estabelecido no início da década de 80.

DIVERGÊNCIA

A posição de Jacques de Larosière diverge, de certa forma, da posição oficial da França, um dos países que mais se empenhou para anular metade da dívida pública polonesa, cerca de US\$ 16 bilhões, e admitiu também o mesmo processo para anular outros US\$ 17 bilhões da dívida egípcia, apesar de não admitir utilizar o mesmo processo para os casos do Brasil e da Argentina.

Tanto Polônia como Egito não fazem parte do grupo de países mais pobres a que se refere o presidente do Banco da França. Ele teme que esse processo possa ser

Externa
também reivindicado para anular parte da dívida comercial, como já se começa a falar em certos meios financeiros internacionais, beneficiando países do Leste Europeu. A seu ver, é preciso refletir duas vezes antes de autorizar qualquer tipo de anulação da dívida de natureza comercial, se houver interesse em preservar a parceria entre credores e devedores, permitindo novos fluxos de capitais para países necessitados.

O Japão já começou a cumprir sua ameaça, suspendendo créditos ao Egito e à Polônia, países que tiveram suas dívidas anuladas recentemente pelo Clube de Paris. É por essa razão que os japoneses estão aconselhando certos países, entre eles o Brasil, a não insistir nesse caminho, pois estão dispostos a não só manter, mas aumentar o fluxo de créditos previsto, caso a renegociação da dívida siga os caminhos clássicos.